Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

ORDEM DO DIA
PARA A 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 10 DE FEVEREIRO DE 2021

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Votação adiada - Projeto de lei Complementar nº 45, de 2019, de autoria do deputado Daniel José. Altera a redação da Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais. Parecer nº 1180, de 2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável com substitutivo. Parecer nº 490, de 2020, da Reunião Conjunta das Comissões de Educação e Cultura e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao substitutivo.

2 - Votação adiada - Projeto de lei nº 669, de 2020, de autoria do deputado Tenente Coimbra. Autoriza o Poder Executivo a implementar o modelo de Escola Cívico Militar - ECIM nas instituições de ensino da rede pública estadual de educação. Parecer nº 71, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Educação e Cultura e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

3 - Votação adiada - Projeto de lei nº 731, de 2020, de autoria da deputada Monica da Mandata Ativista. Institui o Programa de Preservação do Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Indígenas. Parecer nº 70, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Educação e Cultura e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 446, de 2016, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação na internet de informações sobre os plantões dos profissionais da saúde em toda rede do Estado. Parecer nº 1127, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 1128, de 2017, da Comissão de Saúde, favorável ao projeto com emenda. Parecer nº 1129, de 2017, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e à emenda.

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 251, de 2019, de autoria do deputado Sargento Neri. Institui o sigilo de dados de vítimas, testemunhas e policiais. Parecer nº 1221, de 2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável com substitutivo. Pareceres nºs 49 e 396, de 2020, respectivamente, das Comissões de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis ao substitutivo.

6 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 355, de 2019, de autoria do deputado Coronel Telhada e outros. Obriga as redes pública e privada de Saúde a oferecerem leito ou ala separada para as mães de natimorto e/ou mães com óbito fetal. Pareceres nºs 736 e 1256, de 2019, e 326, de 2020, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

7 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 414, de 2019, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Regulamenta o atendimento farmacêutico remoto nas hipóteses em que especifica. Pareceres nºs 548, de 2019, e 73, de 2021, respectivamente, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública e Relações do Trabalho e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

8 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 837, de 2019, de autoria do deputado Bruno Ganem. Concede atendimento prioritário às pessoas em tratamento oncológico nas agências bancárias e nos estabelecimentos públicos estaduais, comerciais e de prestação de serviço de qualquer natureza. Parecer nº 76, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

9 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 865, de 2019, de autoria do deputado Rodrigo Gambale. Torna obrigatória a instalação de câmeras de reconhecimento facial em todas as estações do Metrô e da CPTM, bem como no interior dos vagões das composições. Parecer nº 90, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Transportes e Comunicações e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável com substitutivo.

10 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 14, de 2020, de autoria do deputado Bruno Ganem. Proíbe o acorrentamento de animais domésticos no Estado. Com emenda. Parecer nº 91, de 2021, da Reunião Conjunta das

Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao Projeto de lei nº 575, de 2020, e a sua emenda, e contrário ao Projeto de lei nº 14, de 2020, e a sua emenda. (Em anexo o Projeto de lei nº 575, de 2020. Com emenda).

11 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 346, de 2020, de autoria do deputado Heni Ozi Cukier. Estabelece penalidades administrativas aos agentes públicos que cometerem atos de corrupção e improbidade envolvendo recursos e bens destinados ao enfrentamento de pandemias e/ou calamidade pública. Pareceres nºs 42 e 83, de 2021, respectivamente, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Reunião Conjunta das Comissões de Administração Pública e Relações do Trabalho e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

12 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 545, de 2020, de autoria dos deputados Roque Barbiere e José Américo. Institui o atendimento centralizado dos Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Protestos de Títulos e outros Documentos de Dívida no Estado. Com emenda. Pareceres nºs 440, de 2020, e 89, de 2021, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis ao projeto e contrários à emenda.

13 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 576, de 2020, de autoria dos deputados Tenente Nascimento e Douglas Garcia. Incorpora a religiosidade como política pública na abordagem, recepção, recolhimento, encaminhamento, tratamento, recuperação e ressocialização de dependentes químicos e autoriza o Poder Executivo a criar a Central Ecumênica. Parecer nº 88, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável com emenda.

14 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 643, de 2020, de autoria da deputada Adriana Borgo. Institui o Programa eSports Arena, destinado à concessão de bolsas de estudo integral para estudantes que pleiteiem o ingresso em cursos especializados em esportes eletrônicos promovidos pelas instituições públicas e privadas. Parecer nº 87, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Educação e Cultura e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.